

AO EXPEDIENTE  
Em 29 JUN 2009  
Presidente



Prof. Lei nº 590/09  
Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta.  
Em 30/06/2009  
13 Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa  
30 JUN 2009  
Protocolo 143/09  
Processo 141/09

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 108, DE 23 DE JUNHO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Dispõe sobre o estágio remunerado no âmbito da Polícia Judiciária Civil do Estado de Rondônia".

Atualmente, Senhores Parlamentares, muitos dos profissionais da Segurança Pública do Estado de Rondônia têm desempenhado atividades-meio, administrativas e burocráticas, o que prejudica ações finalísticas de natureza policial.

Assim, considerando que a lei autoriza o estágio como complemento de aprendizagem, o que possibilita o aperfeiçoamento técnico do ser humano; aliado a necessidade de ausência de pessoal, justifica-se a contratação de estagiários.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL  
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO  
24 JUN 2009  
Nome



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 23 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre o estágio de estudantes no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

Art. 1º. O Poder Executivo Estadual poderá adotar o *estágio*, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional e de Ensino Médio.

Parágrafo único. O quantitativo para as carreiras específicas da SESDEC serão fixadas de acordo com o disposto no artigo 17, da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º. Ficam estabelecidas *bolsas*, como forma de contraprestação, nos seguintes valores:

I – educação de Ensino Superior, no valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais); e

II – educação de Ensino Profissionalizante e ou de Ensino Médio, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 3º. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso a compatibilidade com as atividades escolares e jornada de 4 (quatro) horas diárias equivalentes a 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Art. 4º. Nos casos omissos na presente Lei, aplica-se o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 2008.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.